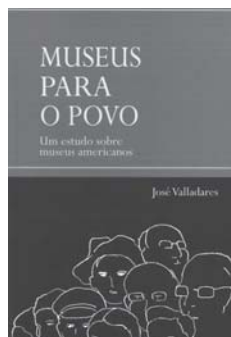


Uma análise sobre museus na década de 1940: o estudo de José Antonio do Prado Valladares

*An analysis of museums in the 1940s: the study of
José Antonio do Prado Valladares*

Suely Moraes Ceravolo

Professora do Departamento de Museologia e do Programa de
Pós-graduação em História Social/Universidade Federal da Bahia.
sumoce@ufba.br



VALLADARES, José.
Museus para o povo: um estudo sobre museus americanos. 2.ed.,
Salvador: EPP, 2010.
147p.

O livro *Museus para o povo: um estudo sobre museus americanos*, de autoria do intelectual baiano José Antonio do Prado Valladares, foi publicado originalmente em 1946, pelo então Museu do Estado da Bahia, e reeditado em 2010, com o apoio do Museu de Arte da Bahia (MAB), o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia e da Secretaria da Cultura da Bahia, acrescido da apresentação da museóloga Sylvia Athayde, diretora do MAB, e um novo prefácio de Lícia do Prado Valladares, filha do autor.

Para se aquilatar o frescor da mensagem que o livro ainda traz, e a importância de sua reedição, se faz necessário, ainda que rapidamente, situar o autor e sua obra no panorama brasileiro no período do seu lançamento. Para iniciar nos aproximamos do autor.

Dentre as atividades que José Valladares desenvolveu citamos a de crítico de arte, professor de estética na Faculdade de Filosofia da Bahia, organizador de salões de arte na cidade do Salvador, incentivador de uma geração de jovens artistas baianos ou radicados na Bahia e colaborador do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). Foi, também, o primeiro representante brasileiro na comissão editorial da revista *Museum* da Unesco (1948). Publicou uma série de estudos, artigos e crônicas nos quais estão sublinhadas suas preocupações em divulgar a história da arte e manifestações de arte a ele contemporâneas, e com a preservação do patrimônio artístico e cultural da Bahia, numa linha bastante afinada às ideias do Sphan.

Sua formação em direito no Recife o colocou (e a seu irmão Clarival Valladares, formado em medicina) em contato com Gilberto Freyre e um círculo de pesquisadores brasileiros e estrangeiros em temas sociais que certamente o influenciaram, ao mesmo tempo em que lhe abriu caminho para sua inserção no mundo intelectual do seu tempo, mundo esse do qual participou através de atividades e da criação de laços profissionais e de amizade, que podem ser atestados nas inúmeras correspondências arquivadas no MAB.

Muito jovem, com apenas 22 anos, ao voltar do Recife, foi chamado em meados de 1938, para se tornar o encarregado da Inspetoria de Museu e Monumentos (antes Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais, criada em 1927), sob a qual estavam reunidos o

Museu e a Pinacoteca do Estado (instituída em 1931) passando, a partir de então, a responder pela função de diretor do que seria posteriormente, em 6 de novembro de 1970, o MAB (Boaventura, 2004), estatuto que não conheceu, em razão de sua morte prematura em 1959. Foi na condição de diretor do Museu que, com bolsa da Fundação Rockefeller e apoio do governo do estado e da Faculdade de Filosofia da Bahia, chegou aos EUA em setembro de 1943, retornando à Bahia em 9 de outubro de 1944¹, num roteiro que incluiu, no seu retorno, visitas às instituições museológicas no México, Peru e, no Brasil, em São Paulo e Rio de Janeiro, que estão indicadas nas páginas finais do livro (p.139-142).

O objetivo da viagem foi justamente especializar-se em técnicas de museu e história da arte. Sua ida à ‘América’ foi bastante produtiva e elogiada por mentores como Robert Chester Smith, reconhecido historiador da arte e seu supervisor nos EUA, ou, no Brasil, por Rodrigo Melo Franco de Andrade, personalidade carismática que esteve à frente, por muitos anos, do Sphan. Nos EUA ele participou de aulas, assistiu a conferências e palestras, estudou em bibliotecas e trabalhou intensamente no estágio realizado no Brooklyn Museum, em múltiplas atividades práticas (que chamaríamos hoje de museográficas e expográficas).

Foi com base nessa experiência, motivo de palestras que ministrou na Faculdade de Filosofia, quando do seu retorno, que escreveu *Museus para o povo*, com um objetivo declarado no prefácio de 1946: trata-se mais de um trabalho de divulgação do que um ‘estudo técnico’, para justamente atingir um público leitor mais amplo. O subtítulo “Um estudo sobre os museus americanos” não deve passar despercebido, pois o situa na posição de observador, quase um etnógrafo, que identifica, analisa e compara as semelhanças e diferenças e as relata. Parece bem apropriada a expressão “observador participante” a que se referiu Lícia Valladares, colocando-a entre aspas.

O foco principal da abordagem do tema foi o de demonstrar as formas pelas quais os museus norte-americanos operavam como “centros de aprendizagem e de divulgação cultural”, afirmação registrada na primeira parte “Museu e educação popular”. O eixo, portanto, de toda a obra, se articula para dar realce às atividades e aos serviços preparatórios ou internos dos museus para servirem, acima de tudo, ao público, ao povo, ao popular ou à comunidade; palavras que surgem no texto como sinônimos para dizer da perspectiva democrática dos museus norte-americanos. Democrática, como ele mesmo elucida, não no sentido de que se fizessem pregações dentro dos museus, mas, sim, pelo funcionamento com vistas à ‘educação popular’ sustentada por financiamento do Estado ou mesmo de particulares (p.33). Um contraponto exemplar para um brasileiro – e sem dúvida não só para ele – “acostumado a museus que, até pouco tempo atrás, somente existiam para gáudio de pequenos grupos de iniciados” (p.29).

As explicações, exemplos e comentários de José Valladares seguem o caminho da estrutura e do funcionamento dos museus norte-americanos para demonstrar que as instituições e seus funcionários trabalhavam com vistas a conquistar o visitante, mais do que a ostentar suas coleções. Esse ponto de vista era reforçado por autores cujas opiniões vinham da década de 1920 ou até antes, como no caso da American Association of Museums, que desde 1906 vinha dedicando-se aos assuntos de interesse profissional nesse campo. Embora se saiba que, nos EUA, a relação dos museus com a educação venha de longa data, tornando-se a característica que os distingue das instituições europeias, José Valladares,

informa sobre os obstáculos a superar: “não foi fácil abrir caminho para os numerosos serviços educacionais” (p.26). Esse parâmetro o levou à ideia de desenvolvimento ou evolução dos museus, que por volta de 1940 haviam mudado de “centros de educação” para “centros de divulgação do conhecimento”, dada a consolidação desses serviços (p.26-27).

Foi um longo percurso, portanto, de acertos e erros, para formar, implantar, analisar e rever os serviços educativos. Uma das personalidades nesse processo foi John Cotton Dana, criador e diretor do Newark Museum, fundado em 1909, que disse: “os objetos são silenciosos” e necessitam, nos museus, de quem os explique, reforçando, assim, a presença de “funcionários especialmente qualificados para que eles comecem a dizer alguma coisa” (p.25). Essa afirmação, por vias diferentes, se tornou uma espécie de ‘mantra’, ainda atual, para os serviços educativos de museus, seja qual for sua tipologia.

As pesquisas que eram então produzidas sobre a função educacional dos museus parecem ter chamado a atenção de José Valladares, servindo como elemento ilustrativo da respeitabilidade dessas instituições, e estão comentadas no corpo da parte inicial do livro, “Difusão cultural: principal objetivo dos museus”. Para testemunhar a fidedignidade de suas informações ele nos brinda com a indicação de livros e artigos referenciados na bibliografia. Assim, mesmo que indiretamente, atesta um traço que o marcou socialmente: a seriedade de pesquisador.

Alicerçadas na ideia do museu como prestador de serviços para a educação, em um “esforço consciente e orientado” para atrair, entreter e prover com informações seus visitantes, que assim, adquiriam mais conhecimentos (p.23), as ricas informações levantadas por José Valladares se organizam em três partes: museu e educação popular; condições para trabalho educacional e o museu para serviço da comunidade. Com essa articulação o autor descreve, em detalhes, os tipos de ‘serviço educacional’ para adultos, jovens e crianças, as características das coleções e as condições de base para um bom funcionamento institucional, com exemplos retirados de sua observação, daquilo que teve oportunidade de presenciar. Em seguida descreve a organização dos ‘depósitos’ (*store-rooms*), que deveriam ser submetidos a arranjos de modo a possibilitar até a visitação (“O duplo museu”); as exposições temporárias e circulantes, que permitiam criar outras formas de acesso aos museus; a importância da constituição de uma boa biblioteca especializada, a do profissionalismo dos funcionários e o perfil de suas formações. O papel do mecenato (“Financiadores”) encerra essa segunda parte.

No último bloco de temas (“O museu para serviço da comunidade”) são apresentados aspectos práticos: a necessidade do planejamento; as questões relativas à arquitetura de museus e escolha do local para a sua instalação, que podem facilitar ou não o acesso do público; os problemas de iluminação; os da ‘arrumação’ e das vitrines (‘mostruários’), com comentários sobre como deveriam ser suas linhas estruturais, o tratamento das cores, sua organização interna e a relação com os objetos; o uso dos dioramas e *habitat groups* empregados em museus de história natural, finalizando com os cuidados a tomar no preparo das etiquetas que podem ser complementadas com ‘livro[s] de galeria’, além de comentários sobre a função dos catálogos. Podemos dizer: são tópicos de uma aula de museografia de excelência, o que faz do livro um manual cujas anotações ainda são da maior utilidade, especialmente para os que se formam em cursos de museologia em nosso país e/ou trabalham em museus.

A certa altura José Valladares escreve que não conhecia um museu americano que reunisse todas essas qualidades. Se havia erros a contornar havia, por outro lado, um “corpo de doutrina”, ou seja, diretrizes para nortear os trabalhos de museus e os serviços voltados para o público (p.30). Não se teria aqui uma sugestão velada para que diretrizes como essas fossem adotadas no Brasil? Talvez.

À época em que o livro foi lançado a tônica na educação dada pelos museus norte-americanos não era desconhecida no Brasil. Podemos tomar como indício e paralelo da penetração dessas ideias o trabalho “A extensão cultural nos museus” de Edgar Sússekind de Mendonça (1946), que se apresenta como técnico de educação. Seu livro foi lançado no mesmo ano que *Museus para o povo*, ou seja, 1946. E a ênfase recaiu na elaboração de programas de extensão cultural inspirados, ainda que não exclusivamente, no modelo norte-americano. Em suas referências bibliográficas estão presentes autores brasileiros que debatiam a educação no país (como Fernando de Azevedo, Manuel Bergström Lourenço Filho, Edgar Roquette-Pinto, Francisco Venancio Filho), ao lado da indicação de títulos da American Association of Museums. Um indício de que essas ideias circulavam entre nós.

O que há de comum nesses dois trabalhos contemporâneos? A resposta provável é a conhecida intervenção do Estado nos assuntos de educação e cultura. A ação política ensejava, desde 1930, um ‘homem novo’, que surgiria de uma espécie de modelagem. Os museus tinham sua contribuição a dar. Na voz de Mario Barata, em artigos publicados no periódico *Cultura Política* no ano de 1942, os museus não eram mais ‘torres de marfim’. Ao contrário, estavam inseridos no seio da sociedade e em pleno movimento (*museum movement*), guiados por princípios de eficiência, técnica, especialização, racionalidade e cientificidade, além de contar com o aporte de congressos e associações internacionais específicos. Os museus poderiam melhorar os homens, formar seu gosto artístico e sua cultura, aperfeiçoar a vida interior das novas gerações. Movimento ainda pouco conhecido no Brasil, encontrava ressonância na atuação do Sphan (Barata, 1942a, 1942b). Museus eram, portanto, interessantes peças no tabuleiro político. Esse é o ponto comum que ultrapassa as diferenças de abordagens e estilos de escrita entre José Valladares e Edgar Sússekind de Mendonça.

Com tal espírito ideológico em vigor e permeando os museus no Brasil, não fica difícil compreender o que representou a experiência de José Valladares, especialmente para a Bahia, pois a área era dominada pelo eixo Rio-São Paulo, e havia um único curso de formação de ‘conservadores’, instalado em 1932 no Museu Histórico Nacional e posteriormente orientado por Gustavo Barroso, uma das personalidades marcantes da história da museologia em nosso país.

Com a formação do Sphan em 1937 o debate sobre os museus encontrou lugar na cultura nacional. Era recente, na opinião de Rodrigo M.F. de Andrade, a atenção que lhes era dispensada por parte de órgãos de administração, instituições privadas e mesmo pela população. Era preciso intervir em aspectos arquitetônicos, criar cursos de formação universitária, criar museus regionais (Andrade, 1987). Mas, para além desses aspectos – e além de abrigar bens culturais que formavam o patrimônio histórico e artístico nacional, que estava sob ameaça de dispersão, de ser levado para fora do país –, o ponto mais

significativo era que museus serviam como recurso ótimo, um elemento de força para contribuir com o empenho nacional em prol da educação.

Esse nos parece ser o prisma histórico no qual se insere essa obra de José Valladares, e não pode ser descuidado quando de sua leitura.

Se as ideias explanadas no livro ainda são inspiradoras, mesmo com o desenvolvimento e profissionalização que os museus brasileiros têm alcançado, o que faz valer sua leitura, há outro motivo que talvez seja mais enriquecedor. Sua reedição preenche uma lacuna em relação à produção museológica na Bahia, merecendo constar das prateleiras de pesquisadores do assunto no momento em que se ampliam rapidamente os estudos sobre os museus no Brasil.

NOTA

¹ Cf. José Valladares, Relatório da viagem aos Estados Unidos, datado de 2 de fevereiro 1945, dirigido ao Secretário da Educação e Saúde (Arquivo MAB/BA).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o Sphan*: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro : Ministério da Cultura/Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Pró-Memória. p.154-162. 1987.

BARATA, Mario. Proteção ao nosso patrimônio histórico e artístico no quinquênio 1937-1942. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v.2, n.21, p.327-354. 1942b.

BARATA, Mario. A importância e a técnica do museu contemporâneo. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano 2, n.17, p.406-409. 1942a.

BOAVENTURA, Edivaldo M. *O Solar Góes Calmon*. Salvador : Academia de Letras da Bahia. 2004.

MENDONÇA, Edgar Sússekind de. *A extensão cultural nos museus*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1946.

